

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.13.70877>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

A EFETIVIDADE DO DIREITO A PARTIR DO PRINCÍPIO HOLONÔMICO: UMA IDEIA DE JUSTIÇA INTEGRATIVA

THE EFFECTIVENESS OF THE LAW FROM THE HOLONOMIC PRINCIPLE: AN IDEA
OF INTEGRATIVE JUSTICE

Moaci Licarião Neto¹

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-SP
Doutorado em Direito (Núcleo de Pesquisa dos Direitos Difusos e Coletivos)
Orientadora: Profa. Dra. Regina Veras Villas Bôas
Biblioteca depositária da tese: PUC-SP

RESUMO

O presente trabalho trilha o caminho metodológico da pesquisa bibliográfica, tendo como pretensão investigativa a efetividade do Direito, observada a partir do princípio holonômico como instrumento capaz de subsidiar a ideia de uma Justiça Integrativa. Em virtude da atualidade da abordagem e da importância dos argumentos construídos, a pesquisa toma como ponto de partida a reflexão e a análise dos ideais de justiça como equidade e a noção de justiça distributiva defendidas por John Rawls e Ronald Dworkin, respectivamente. Da análise dos principais elementos da tese defendida por Rawls e Dworkin, a pesquisa amplia a compreensão dos elementos tradicionais respectivas teorias de justiça, adotando-se como referencial teórico os fundamentos da Teoria da Complexidade proposta por Edgar Morin e a Ideia de Justiça defendida por Amartya Sen. Através do diálogo entre essas teorias, é possível estabelecer requisitos/elementos/critérios mínimos para a construção da ideia de uma Justiça Integral. Da análise se pode evidenciar que, a proposta de uma reflexão acerca da ideia de Justiça Integrativa sob a ótica da complexidade parece ser medida adequada na busca de caminhos que visam trazer maior efetividade ao Direito. A partir dos desdobramentos decorrentes da investigação inicial, observa-se o princípio holonômico como fonte complexa e multidimensional de valores e diretrizes que instrumentalizam e orientam a ideia de Justiça Integrativa para a consolidação de direitos. Destaca-se que a análise efetuada aborda a questão da efetividade do Direito e as reflexões acerca da ideia de justiça, através da manifestação sintomática das injustiças e inefetividade do direito, materializadas através do problema das vulnerabilidades. Desta forma, busca-se evidenciar elementos que possam confirmar as hipóteses suscitadas, de modo a estabelecer critérios mínimos de identificação e pertinência ao escopo da pesquisa, almejando-se a efetividade do Direito observada a partir do princípio holonômico como possível caminho que deve conduzir à construção de uma ideia de justiça integrativa.

Palavras-chave: Complexidade; Efetividade; Justiça integrativa; Princípio Holonômico; Vulnerabilidades.

¹ Doutor em Direito pela PUC/SP. Mestre em Direito pelo UNISAL/Lorena. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Módulo. Bacharel em Teologia pelo IBAD e UMESP. Professor de Direito no Centro Universitário Módulo. Advogado. moaci.netoadv@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5944-8112>

ABSTRACT

The present work follows the methodological path of bibliographic research, having as an investigative intention the effectiveness of Law, observed from the holonomic principle as an instrument capable of subsidizing the idea of Integrative Justice. Due to the relevance of the approach and the importance of the arguments constructed, the research takes as its starting point the reflection and analysis of the ideals of justice as equity and the notion of distributive justice defended by John Rawls and Ronald Dworkin, respectively. From the analysis of the main elements of the thesis defended by Rawls and Dworkin, the research expands the understanding of the traditional elements of the respective theories of justice, adopting as a theoretical reference the foundations of the Theory of Complexity proposed by Edgar Morin and the Idea of Justice defended by Amartya Sen. Through the dialogue between these theories, it is possible to establish minimum requirements/elements/criteria for the construction of the idea of an Integral Justice. From the analysis it can be evidenced that the proposal of a reflection on the idea of Integrative Justice from the perspective of complexity seems to be an appropriate measure in the search for ways that aim to bring greater effectiveness to the Law. From the developments resulting from the initial investigation, the holonomic principle is observed as a complex and multidimensional source of values and guidelines that instrumentalize and guide the idea of Integrative Justice for the consolidation of rights. It is noteworthy that the analysis carried out addresses the issue of the effectiveness of the Law and the reflections on the idea of justice, through the symptomatic manifestation of the injustices and ineffectiveness of the law, materialized through the problem of vulnerabilities. In this way, it seeks evidence elements that can confirm the hypotheses raised, to establish minimum criteria of identification and pertinence to the scope of the research, aiming at the effectiveness of the Law observed from the holonomic principle as a possible path that should lead to the construction of an idea of integrative justice.

Keywords: Complexity; Effectiveness; Holonomic Principle; Integrative Justice; Vulnerabilities.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios para aqueles que se propõem a pensar as questões relativas à Justiça, é a tarefa de desenvolver medidas jurídicas minimamente capazes de se fazer alcançar a efetividade do direito. Igualmente difícil é missão de se encontrar caminhos que conduzam o pensamento para uma reflexão humanizada sobre as questões do direito, tendo como referência uma ideia de Justiça que seja capaz de integrar numa dimensão sensível do mundo da vida a abstração normativa, as políticas públicas e as decisões judiciais, levando em consideração elementos inerentes à existência humana.

Soma-se a isto que o fenômeno da globalização e as novas tecnologias têm possibilitado a conexão da humanidade em nível mundial, potencializando o surgimento de demandas que

desafiam os processos culturais e sociais de formação e aplicação do direito, em virtude de situações que podem conduzir determinados grupos à situação de vulnerabilidade.

Sob a ótica das vulnerabilidades, vê-se que os processos de constituição e efetividade do direito têm se manifestado de forma inefetiva, de modo a não atingir plenamente as necessidades basilares para a sobrevivência humana minimamente digna. A exemplo disso destaca-se as vulnerabilidades socioeconômicas decorrentes do alto índice de endividamento e pobreza, a maior incidência de crimes e violência contra a mulher e pessoas em virtude do gênero e sexualidade, a mitigação de direitos trabalhista, a lesão aos direitos humanos e fundamentais – como o da pessoa com Transtorno do Espectro Autista –, a corrupção política e o ativismo judicial desenfreado.

O pensamento desenvolvido na pesquisa indica a necessidade de se buscar meios que possam contribuir para o estabelecimento de mecanismos jurídicos capazes de potencializar a materialização e efetividade do direito, com base na ideia de elementos de uma Justiça Integrativa que torne possível a ampliação dos entendimentos já consolidados.

Objetivando a construção formal do trabalho, será feita uma abordagem inicial a partir da análise de elementos das teorias de Justiça formuladas por John Rawls e Ronald Dworkin e, posteriormente estabelecer o fundamento teórico do pensamento desenvolvido na tese, que é decorrente da conjugação da ideia de Justiça fixada em Amartya Sen e a Teoria da Complexidade elaborada por Edgar Morin.

Quanto aos elementos da teoria de Justiça defendida por John Rawls o destaque é feito com base na ideia de Justiça como equidade a partir da igualdade de oportunidades, conforme se observa na obra de sua autoria, a saber, *Uma Teoria da Justiça*.

Sobre a análise efetuada a partir das lições de Ronald Dworkin, tomou-se como referência as ideias de Justiça desenvolvidas por ele em sua obra *Justiça para ouriços*, evidenciando-se a construção de seu pensamento acerca da justiça como integridade, capaz de materializar os ideais de justiça através da igualdade de recursos, por meio dos elementos jurídico-políticos da Igualdade, Liberdade, Democracia e Direito.

Destaca-se que, embora seja possível identificar proposituras doutrinárias diversas das elencadas como primeiros fundamentos do pensamento em construção, a opção do corte metodológico a partir de John Rawls e Ronald Dworkin se deu pelo fato de que o pensamento desenvolvido pelos citados autores servirem como base para as reflexões mais atuais acerca da temática, bem como torna possível o desenvolvimento de novas abordagens acerca da ideia Justiça ante a sua contemporaneidade.

Em seguida, a pesquisa é conduzida por meio da ideia de Justiça proposta por Amartya Sen, dialogada com a Teoria da Complexidade desenvolvida por Edgar Morin. A escolha destes referenciais teóricos se deram em virtude da sincronia dos pensamentos desenvolvidos por ambos, em especial a ideia de complexidade e do princípio hologramático abordado por Morin em comunhão com os elementos introduzidos por Amartya Sen acerca de uma ideia de justiça que integra – simultaneamente – as prioridades da justiça e da política, como meio de aproximação da realidade social na busca da efetividade dos direitos sob a ótica de uma Justiça prática, incluindo no palco das discussões sociais as vozes das minorias.

A proposta fundamenta-se na necessidade de potencializar a efetividade do Direito sob a perspectiva do ideal de Justiça, manifestado através dos sistemas normativos, de governança e jurisdicional. A inquietação investigativa se deu ao se identificar a aparente crise no que diz respeito à concretização dos Direitos em favor do homem numa perspectiva de Justiça, evidenciada pela questão das vulnerabilidades como efeito material das injustiças e inefetividade do direito.

A referência do tema proposto indica a estrutura de um pensamento capaz de congrega de maneira humanizada elementos de natureza jurídica, sem desconsiderar aspectos intrínsecos às outras áreas do conhecimento científico, confluídos por meio do princípio jurídico denominado como *holonômico* e construído a partir da referência da ideia do princípio hologramático defendido por Edgar Morin, de modo que holonômico é o princípio que considera em sua orientação e instrumentalização elementos de natureza política, jurídica, normativa, antropológica, sociológica, biológica, filosófica etc., capazes de refletir as mais variadas dimensões da experiência existencial humana.

Quanto ao princípio holonômico apresentado como fundamento do pensamento desenvolvido na presente tese, evidencia-se sua importância como elemento de integração jurídico-normativo-social que objetiva a possível construção de uma teoria que tenha como referência a ideia jurídica de Justiça Integrativa. Destaca-se que, embora o princípio holonômico seja instrumentalmente orientado à aplicação jurídica, congrega na modulação de seus efeitos elementos de base bio-antropo-social próprios da condição humana e(m) coletividade e que ressaltam a recursividade autopoietica das estruturas humanas.

Quanto a problemática que se pretende estudar nesta tese, verifica-se sua adequação e inserção na área de concentração da Efetividade do Direito. Seu objeto se situa na linha de pesquisa acerca da Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão e Tutela da Coletividade,

dos Povos e da Humanidade, bem como encontra-se inserido na subárea do núcleo de pesquisa dos Direitos Difusos e Coletivos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Refere-se à abordagem de inovação desenvolvida, a análise da integração normativa, política e jurisprudencial entre medidas jurídicas de adaptação e mitigação das vulnerabilidades como efeitos materiais da inefetividade do direito, a partir de mecanismos jurídico-sociais de elaboração, aplicação e interpretação das normas jurídicas por meio da dinâmica do exercício de Poder decorrente do Estado Tripartido.

O problema central de pesquisa da tese é: considerando a diversidade e heterogeneidade dos grupos que integram a sociedade como um todo, a complexidade e pluralidade dos direitos decorrentes dessa diversidade, bem como a atuação do Estado Tripartido objetivando a mitigação das injustiças e erradicação das desigualdades, as normas e instrumentos jurídicos brasileiros são suficientes para a finalidade de se instaurar mecanismos e elementos jurídicos que permitam a formulação de uma teoria juridicamente orientada, que tenha como fundamento a (re)construção de um paradigma capaz de conduzir a busca pela efetividade do Direito a partir da ideia de Justiça Integrativa?

O objetivo geral da tese consiste na busca de elementos que possam contribuir para o estabelecimento de uma teoria juridicamente estruturada sob a luz do princípio holonômico enquanto instrumento de efetividade do Direito, de modo a conduzir a construção da ideia de Justiça Integrativa como meio de mitigação dos efeitos das vulnerabilidades enquanto consequência material da inefetividade do Direito e manifestação das injustiças.

Os objetivos específicos desta pesquisa são (i) analisar e situar, do ponto de vista conceitual, os preceitos pertinentes à Teoria da Complexidade de Edgar Morin e da ideia de Justiça desenvolvida por Amartya Sen, de modo a relacionar os dois pensamentos, com o fim de se encontrar similaridades que possibilitem o diálogo entre as duas teorias; (ii) estabelecer como referência para a propositura do pensamento desenvolvido, diretrizes que tornem possível a formulação de uma ideia de justiça integrativa, tendo como fundamento o princípio holonômico, avaliando a conformidade da atividade estatal à efetividade do direito; (iii) demonstrar que, à luz do princípio holonômico, a questão das vulnerabilidades podem ser identificadas enquanto evidência material decorrente das injustiças e inefetividade do direito; (iv) apresentar como a instrumentos jurídicos de aplicação do princípio holonômico, métodos jurídicos que possibilitem a efetividade do direito como consequência de uma Justiça Integrativa consolidada através do Estado Tripartido.

Esta tese se justifica por trazer à discussão uma abordagem repleta de complexidade, contemporaneidade, multidisciplinaridade e relevância, contribuindo com a reflexão para a Ciência Jurídica no Brasil a partir da análise de instrumentos jurídicos que instruem o emprego de ações e políticas públicas através dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, voltadas à efetividade do direito com base nos fundamentos da ideia de justiça integrativa, sob a perspectiva do princípio holonômico.

Trabalha-se a partir de duas hipóteses basilares de pesquisa: (i) primeiro, observa-se da perspectiva constitucional dos ideais de Justiça a serem atingidos pelo Estado Democrático de Direito que a inefetividade do direito e a consolidação das injustiças podem ser evidenciadas pela manifestação das vulnerabilidades, de modo que o modelo tripartido pode tornar-se mais efetivo no exercício de suas atribuições constitucionais através do emprego de métodos e instrumentos humanizados; (ii) segundo, do ponto de vista conceitual, o estabelecimento de mecanismos jurídicos que considerem a complexidade normativa, axiológica, biológica, antropológica e social como partes indissociáveis de uma sistemática que objetiva a efetividade do Direito, pode contribuir para a construção de uma ideia de justiça integrativa orientada pelo princípio holonômico.

A metodologia utilizada nesta tese engloba análises qualitativas e inferências com o uso de diversos métodos e técnicas de pesquisa, tais como: pesquisa bibliográfica, incluindo levantamento da literatura nacional e internacional inerentes às áreas do Direito, Antropologia jurídica, Sociologia jurídica, Filosofia jurídica e hermenêutica jurídica, constantes em livros, teses, dissertações e artigos científicos; análise de direito comparado com a avaliação de literatura estrangeira que guarde conexão com o tema investigado; estudo de caso a partir da seleção de normas, exemplos de políticas públicas e ações em trâmite no judiciário brasileiro que visam mitigar os efeitos decorrente das vulnerabilidades.

Por fim, buscando-se desenvolver o pensamento proposto, opta-se pela adoção do método de abordagem dialético, discutindo-se as formulações existentes acerca da ideia de justiça e a forma como os argumentos apresentados podem contribuir para a evolução do estudo do Direito e a materialização de valores sociais juridicamente reconhecidos através da abstração normativa.

Destaca-se não existir a pretensão de discussão exaustiva dos conceitos relativos à vulnerabilidade ou à (in)efetividade do Direito. Para tanto, a construção dos conceitos desenvolvidos na tese a cerca da questão das vulnerabilidades será demonstrada através das

perspectivas sociocultural e socioeconômica, conforme análise de julgados correspondentes à questão.

Quanto à efetividade do Direito, a abordagem será efetuada a partir do princípio holonômico e conduzida através da exemplificação por meio dos métodos legislativo, executivo e judicial de aplicação do princípio, a fim de demonstrar a operabilidade da ideia de Justiça Integrativa construída na presente tese.

As limitações desta tese se referem, assim, ao corte metodológico circunscrito no exame de um possível conjunto de tomadas de ação por parte do governo brasileiro, seja através do Poder Legislativo, Executivo e/ou Judiciário, tendo como referência metodológica o princípio holonômico.

Ademais, destaca-se que o dinamismo social e jurídico impede a apresentação um desfecho definitivo da questão da efetividade do Direito, de modo que a construção da ideia de justiça integrativa que tenha como referência os elementos do princípio holonômico, contribui para a noção de um conceito sistêmico aberto, capaz de ser atualizado constantemente. A constatação faz-se evidente pela própria natureza e estrutura do pensamento complexo desenvolvido na pesquisa.

Quanto à sua estrutura, esta tese de Doutorado encontra-se organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais que, interligados, buscarão erigir sob os fundamentos da complexidade e multidimensionalidade, a estrutura do tema proposto, disposto da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Reflexões para a construção de uma ideia de Justiça Integrativa; 3. Diálogo entre as teorias de Amartya Sen e Edgar Morin; 4. (Re)Construção de paradigmas; 5. A ideia de Justiça Integrativa como novo paradigma; 6. Considerações Finais; Referências.

No capítulo dois, identificado como “*Reflexões para a construção de uma ideia de justiça integrativa*”, serão efetuadas reflexões de modo a identificar conceitos fundamentais no que tange à delimitação do tema, estabelecendo critérios que conduzirão a estrutura do pensamento desenvolvido. Inicialmente, a reflexão considera o problema das vulnerabilidades como efeitos materiais de uma justiça deficitária; a partir desta constatação, é feita uma abordagem a partir das proposituras básicas do pensamento desenvolvido por John Rawls e Ronald Dworkin acerca da teoria da justiça como equidade e a ideia de justiça distributiva, respectivamente. Como consequência da análise, a reflexão é dirigida à necessidade de se (re)construir paradigmas mais bem adequados à contemporaneidade, buscando estabelecer uma possível definição do que se entende por princípio holonômico, de modo a identificar os efeitos

e alcance do princípio aplicado como fundamento axiológico para a construção da ideia de uma Justiça Integrativa.

No capítulo três “*Diálogo entre as teorias de Amartya Sen e Edgar Morin*”, busca-se trazer definições conceituais fundamentais para o desenvolvimento da tese, tomando-se como referência o diálogo entre as teorias de Amartya Sen e Edgar Morin. Do diálogo resultou a análise de três complexidades capazes de influenciar na dinâmica de consolidação de direitos e, por sua ausência, na manifestação das vulnerabilidades, sendo mais bem identificadas a partir da abordagem multidimensional das complexidades social, normativa e axiológica.

No capítulo quatro “*(Re)Construção de paradigmas*”, como decorrência das estruturas complexas apresentadas no capítulo antecedente, a pesquisa é conduzida à análise da (re)construção de paradigmas, efetuando um corte metodológico a partir de três modelos paradigmáticos, a saber, os paradigmas: (i) normativo; (ii) axiológico; e, (iii) holonômico. Destaca-se que cada um dos paradigmas evidenciados revelam uma dimensão da percepção científica e jurídica integrados harmônica e complementarmente uns aos outros de forma interdependente e relacional, retomando e reforçando a natureza autopoiética das relações jurídicas estabelecidas a partir do princípio holonômico na construção da ideia de Justiça Integrativa.

No capítulo cinco “*A ideia de Justiça Integrativa como novo paradigma*”, a tese é conduzida no sentido de se estabelecer premissas capazes de orientar a construção de um paradigma juridicamente orientado, adotando-se o fundamento do princípio holonômico como elemento de vínculo entre as múltiplas dimensões intrínsecas à existência humana, capaz de orientar a construção de uma ideia de Justiça Integrativa que atribua validade e legitimidade para os meios de concretização dos direitos e da justiça social. Em seguida, considerando a complexidade e multidimensionalidade da existência humana, a pesquisa evidencia o modo como o princípio holonômico orienta e organiza as dimensões da diversidade, vulnerabilidade e (in)efetividade do Direito, tornando possível uma reflexão inclusiva. Ao final, o princípio holonômico é aplicado a partir de métodos vinculados à atuação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, corroborando com a instrução dos atos essenciais de cada esfera de Poder, de modo a evidenciar a estruturação de elementos que integram a ideia de uma Justiça Integrativa e promovam a Efetividade do Direito.

Ressalta-se, ainda, que durante o desenvolvimento da tese as citações diretas utilizadas tiveram o objetivo de trazer mais transparência para a pesquisa, além de destacar as ideias

compreendidas como fundamentais para a racionalidade e construção do trabalho, além de facilitar a localização do texto de referência colacionado.

Quando se fez necessário recorrer-se a longos trechos de textos por meio de citações diretas, destacou-se, em negrito, as partes mais relevantes para a tese. Outro recurso convencional utilizado foi a grafia em itálico de palavras e textos em línguas estrangeiras, bem como dos títulos dos casos. Embora essa estratégia possa ser cansativa para alguns, optou-se por sua manutenção em todo o trabalho, ou seja, usaram-se citações diretas com recuo e citações indiretas a partir da interpretação dos escritos das referências utilizadas. Além disso, preferiu-se utilizar como modelo empregado para as referências no corpo do texto, o sistema de Autor-data, seguindo a NBR10.520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ao final, a lista contendo as referências utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foi estruturada em ordem alfabética e, quando do mesmo autor, classificadas do ano mais recente para o mais remoto.

Com a certeza da existência temporal e transitória dos seres humanos, bem como o constante desejo pelo aperfeiçoamento do conhecimento por meio da reflexão e da busca de novos métodos, saberes, teorias, metodologias, técnicas e tecnologias, faz-se imprescindível reiterar a grandiosidade e pertinência temática da pesquisa, sem se ter a pretensão de esgotamento da matéria investigada.

Tampouco se julga ter alcançado em definitivo o destino-fim da humanidade, mas considera-se ter encontrado meios capazes de indicar alternativas variadas que permitam cada vez mais garantir a efetividade dos direitos em favor do homem. Destaca-se que esses e outros temas igualmente relevantes podem ser – e serão! – objeto de análises futuras.

Espera-se que as inquietações investigativas possam promover a humanização da percepção da Vida, bem como conduzir o pensador em direção à construção de um ideal de Justiça Integrativa que dignifique a humanidade e, acima de tudo, dê significado e sentido à existência humana em perfeita harmonia do indivíduo consigo e com seus semelhantes no vasto e diversificado ambiente de sua (a)temporal e transitória existência.

Membros Integrantes da Banca Examinadora:

Profª. Dra. Regina Vera Villas Bôas (Presidente)
Prof. Dr. Adriano Lichtenberger Parra (PUC-SP)
Profª. Dra. Juliana Cardoso Ribeiro Barros (PUC-SP)
Prof. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa (USP)
Prof. Dr. José Alberto Monteiro Martins (UNICURITIBA)

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria geral do Estado**. 3ª ed. Barueri: Manole, 2010.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos Fundamentais**. 2. Ed. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiro, 2011.
- ARAÚJO, Alan Ricardo de Souza. **Complexidade e Multidimensionalidade: as metamorfoses do olhar para uma educação da inteireza humana**. 2000, 266f. Dissertação (Mestrado em Educação: Teoria e Prática) – Centro Universitário Salesiano, São Paulo, 2000.
- BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro; PESSETTI, Alícia Cristóvão. **Os limites na aplicação do direito pelo Supremo Tribunal Federal: uma análise sobre a judicialização da saúde**. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC, Londrina, v. 6, n 1, e024, jan/jun, 2021. ISSN: 2596-0075. DOI:10.48159/revistaidcc.v6n1.e024
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 14.ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica**. 6.ed. Trad. Ariani Bueno Sudatti; Fernando Pavan Baptista. São Paulo: Edipro, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **Estudos por uma teoria geral do direito**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Manole, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 2.ed. Trad. Ari Marcelo Solon. São Paulo: Edipro, 2014.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.196
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Tema nº 1097. **Recurso Extraordinário nº 1237867**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, 17/12/2022.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. 7ª Turma. **Recurso de Revista nº 20253-08.2018.5.04.0821**. Relator: Ministro Alexandre Agra Belmonte, 29/11/2023.
- BUBER, Martin. **O caminho do homem: segundo o ensinamento chassídico**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: É Realizações, 2011.

- CARVALHO, Paulo de Barros. **Construtivismo lógico-semântico**. Paulo de Barros Carvalho [et al] São Paulo: Noeses, 2014.
- CHAMPLIN, Russell Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. 9.ed. 6v. São Paulo: Hagnos, 2008.
- COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. 2.ed. Trad. Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000. 2v.
- CRENSHAW, K. (2002). **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In Estudos Feministas (Vol. 171, Issue 1), p 177.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DENTZ, René. **Vulnerabilidade**. São Paulo: Ideias & Letras, 2022.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DWORKIN, Ronald. **Justiça para ouriços**. Coimbra: Almedina, 2012.
- DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.197
- FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 9.ed. Barueri: Manole, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, II: Crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1992.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e antropologia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. **Teoria do Direito: contribuição ao pensamento jurídico contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2015a.
- JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. **Epistemologia do direito**. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2015b.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAZZILI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural e outros interesses**. 28. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. 5.ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016.198

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida**. 5.ed. Trad. Marina Lobo; Simone Ceré; Tânia do Valle Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. 5.ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015b.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 21ª ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 5. ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012a.

MORIN, Edgar. **Para Onde Vai o Mundo?** 3.ed. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização**. 6.ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4.ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PARRA, Adriano Lichtenberger. **Diretrizes jurídicas: os impactos dos Interesses Ambientais influenciando a efetividade do Direito de Construir**. Timburi, SP: Editora Cia do e-Book, 2019.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PORTELA, Irene; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes. **O paradoxo universal entre a pobreza e o direito a não ser pobre**. Os novos horizontes do constitucionalismo global. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave-IPCA, 1ª ed. Barcelos: IPCA, 2017. p. 59-72.

RADBRUCH, Gustav. **Introducción a la Ciencia del Derecho**. Madrid, 1930.199

RAMPAZZO, Lino. **Antropologia: religiões e valores cristãos**. São Paulo: Paulus, 2014.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROUBINI, Nouriel. **Mega-ameaças: dez perigosas tendências que ameaçam nosso futuro e como sobreviver a elas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10.ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SAUL, Diego Palhares; GUIMARÃES, Sergio Chastinet Duarte. **Seletividade penal, caso Rafael Braga e a condenação fundamentada exclusivamente no testemunho policial**. In: Dornelles, João Ricardo W.; Pedrinha, Roberta Duboc; Sobrinho, Sergio Francisco C. Graziano (Orgs). *Seletividade do Sistema Penal: O caso Rafael Braga*. Rio de Janeiro: Revan, 2018, 304

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38.ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

SMEND, Rudolf. **Constitucio y derecho constitucional**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

SOARES, Josemar Sidinei. **A Ética como critério para mediação de conflitos entre sistemas jurídicos na contemporaneidade**. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 140-26 163, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/182/164>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOARES, Josemar Sidinei. **Novas Alternativas Para o Positivismo Jurídico: A Ideia de um Critério Ético**. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2012.200 Disponível em: <https://revistajuridicas.pgsscogna.com.br/juridicas/article/view/690> Acesso em: 12 jan. 2024.

STRECK, Lênio. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual**. Volume único/ Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021.

TAYLOR, William Carey. **Dicionário do Novo Testamento grego**. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.

TOURNIER, Paul. **Mitos e neuroses: desarmonia da vida moderna**. Viçosa: Ultimato, 2002.

VILLAS BÔAS, Regina Vera; COELHO, Lília. **A contemporaneidade dos direitos humanos e da interculturalidade observada pelo pensamento da complexidade**. Os novos horizontes do constitucionalismo global. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave-IPCA, 1ª ed. Barcelos: IPCA, 2017. p. 255-269.

VILLAS BÔAS, Regina Vera; LIMA, Andreia Maura Bertoline Rezende de. **A judicialização da saúde, o respeito à vida e à dignidade da pessoa humana no contexto das políticas públicas nacionais.** *Direito & Paz, Lorena*, n. 32, ano XVII, p. 33-72, 1º semestre/2015.152.